



12º RELATÓRIO DE ENCERRAMENTO

Pesquisa: Critérios para a reparação de danos em litígios de massa como forma de efetivação de direitos fundamentais em comunidades afetadas por desastres ambientais.	
Líder: João Paulo Lordelo Guimarães Tavares	Bolsa: R\$ 5.500,00
Data de entrega: 15/8/2025	Período das atividades: 15 de julho a 15 de agosto

Pesquisador (P-1): Geisa Cunha Franco	Bolsa: R\$ 5.500,00
Pesquisador (P-2): Giovanni Martins de Araújo Mascarenhas	Bolsa: R\$ 3.500,00
Assistente de Pesquisa (A-P1): Jéssica Maria de Lima Rocha	Bolsa: R\$ 1.200,00
Assistente Acadêmica (AUX-A): Sophia Fonsêca Morais	Bolsa: R\$ 400,00

Meta 12 – Relatório completo com informações sobre o projeto de extensão e entrega de artigos científicos

Relatório

1. Como ocorreu o projeto objetivos e resultados

O projeto de pesquisa “Critérios para a reparação de danos em litígios de massa como forma de efetivação de direitos fundamentais em comunidades afetadas por desastres ambientais”, implementado a partir do Edital da ESMPU, sob coordenação do pesquisador e Procurador Dr. João Paulo Lordelo, foi uma experiência bastante produtiva para todos os participantes, pois permitiu integrar pessoas i) com diferentes níveis de qualificação (graduação, mestrado e doutorado) de forma a criar um ambiente colaborativo em uma cadeia vertical de formação acadêmica e experiência em pesquisas”, ii) com diferentes trajetórias acadêmicas e profissionais, gerando um ambiente de troca de conhecimentos e experiências que se retroalimentaram; iii) de diferentes origens e pertencimentos geográficos (Bahia, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, e Piauí), o que gerou uma diversidade de bagagens culturais e experiências que alimentou o processo de intercâmbio e que pode, posteriormente, irradiar resultados em várias partes do País. Tudo transcorreu em um clima de grande cordialidade e colaboração, o que tornou não apenas produtiva como também prazerosa a experiência. O processo contou com a participação efetiva de todos os membros.

O fato de nos propiciar aprofundar o conhecimento de um tema tão relevante e problemático no Brasil, como os desastres e suas consequências, foi um estímulo a mais, por integrar a busca de soluções efetivas com o conhecimento acadêmico e profissional. A divulgação dos resultados para um público geral e, especificamente, para membros do Ministério Público (Federal e estaduais), possibilita a aplicação de tais aprendizados na atuação prática e cotidiana de tais profissionais.



Os objetivos foram todos alcançados (produção e divulgação de artigos, ainda a serem publicados).

O projeto demonstrou a relevância da integração entre produção acadêmica e extensão, reforçando a urgência de políticas públicas integradas de prevenção e mecanismos céleres e efetivos de reparação, além de fornecer base sólida para novas investigações e ações institucionais em defesa das comunidades atingidas.

2. Panorama geral das dificuldades enfrentadas

Durante o desenvolvimento da pesquisa, encontramos alguns desafios que impactaram o ritmo das análises.

A meta de produzir seis artigos em apenas 12 meses revelou-se ambiciosa diante da complexidade do tema, resultando em sobrecarga. Essa foi uma percepção uniforme entre os integrantes do projeto de pesquisa. O elevado número de artigos dificultou o diálogo entre os pesquisadores e a possibilidade de aprofundamento de novas técnicas de pesquisa, como mais entrevistas com fontes de informações. Sugere-se que, nos próximos projetos, esse número seja reduzido.

Também enfrentamos limitações de deslocamento, especialmente para entrevistas que exigiam presença nos locais do desastre. Além disso, o acesso a certas fontes primárias foi restrito, já que muitas lideranças atingidas expressaram receio de retaliação e desconfiança nas instituições públicas, o que acabou reduzindo a participação em espaços de escuta e coleta de relatos. A amplitude e diversidade do objeto, que abrangeu aspectos jurídico-processuais, diretrizes internacionais, direitos humanos, histórico da mineração, impactos culturais e simbólicos, exigiu grande esforço de articulação interna e gestão de tempo. Outro desafio foi a ausência de dados quantitativos sistemáticos sobre os processos de reparação, o que dificultou comparações precisas e análises de evolução temporal. Além disso, as diferenças contextuais entre os casos de Mariana e Brumadinho demandaram ajustes de escopo e reestruturação do artigo ao longo do percurso, com os prazos tornou necessária a redefinição de cronogramas e a implementação de acompanhamentos quinzenais para assegurar a entrega das metas previstas.

3. Sugestões de novas pesquisas relativas ao tema

Embora tendo contribuído sobremaneira para o avanço do conhecimento e busca de soluções para o tema, várias sendas de pesquisas a serem realizadas futuramente se apresentaram, tais como: estudos comparativos sobre eventos semelhantes em diferentes países, seu processo de prevenção e reparação e a atuação dos ministérios públicos (ou equivalentes nacionais) em cada caso; coleta de dados quantitativos sobre o processo de reparação em vários desastres brasileiros, de forma a poder elaborar um quadro evolutivo temporal e verificar os diferentes aspectos em cada caso.

Sugerem-se também estudos comparativos internacionais sobre prevenção e reparação em desastres ambientais, análises aprofundadas sobre desigualdades na reparação entre diferentes perfis de vítimas, investigações sobre o papel das ações civis na preservação da memória coletiva, levantamentos quantitativos longitudinais



sobre os processos de reparação no Brasil e estudos sobre o processo na Comissão Interamericana de Direitos Humanos contra o Brasil pelo desastre de Brumadinho.

4. Desempenho de cada integrante do grupo

Nas primeiras reuniões do grupo de pesquisa, foi deliberada a divisão estratégica do projeto em três vertentes principais, tendo como base os emblemáticos casos de Mariana e Brumadinho: (a) a análise jurídica e processual dos litígios de massa; (b) o exame das diretrizes internacionais e sua interface com os direitos humanos; e (c) o estudo histórico da mineração no Brasil e sua relação com a cosmovisão das comunidades tradicionais. Posteriormente, em resposta à relevância contemporânea do tema, foi incorporada uma quarta frente de investigação sobre o caso do afundamento de bairros na cidade de Maceió, decorrente das atividades da Braskem, ampliando assim o escopo analítico da pesquisa.

A distribuição das responsabilidades entre os integrantes levou em consideração tanto a formação acadêmica específica de cada pesquisador quanto sua experiência prévia nos temas correlatos, garantindo uma abordagem interdisciplinar e metodologicamente rigorosa ao projeto.

4.1 Líder do Grupo de Pesquisa: João Paulo Lordelo Guimarães Tavares

João Paulo Lordelo Guimarães Tavares, na qualidade de líder do grupo de pesquisa, assumiu a coordenação geral do projeto e a responsabilidade direta pela primeira vertente da investigação, correspondente à análise jurídica e processual dos litígios de massa decorrentes de desastres ambientais. Sua expertise em direito processual civil e tutela coletiva foi importante para o desenvolvimento metodológico rigoroso desta dimensão central da pesquisa.

Na vertente jurídico-processual, Lordelo concentrou seus esforços na análise detalhada dos mecanismos processuais utilizados nos casos de Mariana e Brumadinho, com particular atenção aos desafios enfrentados na fixação de indenizações em litígios de massa. Sua investigação abrangeu desde a análise das técnicas de coletivização empregadas até o exame crítico dos instrumentos extrajudiciais de solução de conflitos, como o "TAC Governança" no caso Samarco.

O líder da pesquisa desenvolveu uma análise comparativa entre o sistema brasileiro de tutela coletiva e experiências internacionais, especialmente o modelo norte-americano das *class actions* e as técnicas europeias de resolução coletiva de conflitos. Esta abordagem comparatística foi essencial para identificar as limitações do atual sistema brasileiro e propor aprimoramentos metodológicos para a fixação de reparações em casos similares.

Além da coordenação das atividades de pesquisa, Lordelo foi responsável pela articulação entre as diferentes vertentes do projeto, garantindo a coerência metodológica e a integração dos resultados obtidos pelos demais pesquisadores. Sua liderança acadêmica assegurou que o projeto mantivesse seu caráter interdisciplinar sem perder o rigor científico necessário.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, o Professor Lordelo também se dedicou à análise crítica da "matriz de danos" utilizada pela Fundação Renova, identificando



inconsistências e propondo melhorias baseadas em critérios de transparência, abrangência, participação social e correlação adequada entre danos e programas de reparação.

Como líder do grupo, o Professor Lordelo coordenou as atividades de campo, incluindo as entrevistas com membros do Ministério Público que atuaram nos processos de reparação.

4.2 Pesquisador (P-1): Geisa Cunha Franco

A pesquisadora Geisa Cunha Franco desempenhou papel fundamental na segunda vertente da pesquisa, dedicando-se especificamente ao ângulo das diretrizes internacionais e direitos humanos. Sua sólida formação e experiência no campo das relações internacionais possibilitaram uma investigação aprofundada e transversal, resultando na produção de dois artigos científicos que abordam as intersecções entre desastres ambientais e o sistema internacional de proteção aos direitos humanos.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, a Dra. Franco concentrou seus esforços na análise de instrumentos normativos internacionais, jurisprudência de tribunais internacionais e documentos produzidos por organizações governamentais internacionais, especialmente no âmbito da ONU. Sua contribuição foi essencial para estabelecer os parâmetros internacionais que devem nortear a reparação de danos em casos de desastres ambientais, alinhando a pesquisa com os mais altos padrões de proteção aos direitos humanos.

A pesquisadora cumpriu integralmente todas as metas estabelecidas nos cronogramas anteriores, demonstrando consistência e qualidade na execução de suas atribuições, o que se refletiu na relevância científica dos produtos gerados.

4.3 Pesquisador (P-2): Giovanni Martins de Araújo Mascarenhas

O pesquisador Giovanni Mascarenhas desenvolveu suas atividades em perfeita consonância com o planejamento estabelecido nos relatórios anteriores, assumindo responsabilidade por duas frentes específicas e complementares da investigação. Primeiramente, dedicou-se ao estudo histórico da mineração no Brasil, com particular atenção à relação entre as práticas extrativistas e a cosmovisão das comunidades tradicionais, oferecendo uma perspectiva antropológica e sociológica fundamental para compreender os impactos diferenciados dos desastres ambientais.

Em segundo lugar, o pesquisador conduziu uma análise exploratória minuciosa do caso Braskem em Maceió, aplicando as metodologias e premissas desenvolvidas a partir dos estudos dos casos de Mariana e Brumadinho. Esta abordagem comparativa permitiu testar a generalização das conclusões da pesquisa e validar a aplicabilidade dos critérios metodológicos propostos em contextos distintos de desastres ambientais.

A contribuição de Giovanni foi particularmente valiosa para evidenciar as especificidades culturais e territoriais que devem ser consideradas na fixação de reparações em litígios de massa, enriquecendo o caráter interdisciplinar do projeto.



O pesquisador executou todas as tarefas programadas dentro dos prazos estabelecidos, mantendo a qualidade científica esperada.

4.4 Assistente de Pesquisa (A-P1): Jéssica Maria de Lima Rocha

A assistente de pesquisa Jéssica Rocha desenvolveu um trabalho de excelência focado na investigação da complexa relação entre direitos humanos e desastres ambientais, com especial ênfase no aspecto crítico da participação efetiva das comunidades diretamente afetadas nos processos de reparação. Sua pesquisa aprofundou questões relacionadas ao empoderamento jurídico e social das populações vulneráveis, tema central para os objetivos do projeto.

Além das atividades de pesquisa bibliográfica e documental já detalhadas nos relatórios anteriores, Jéssica demonstrou iniciativa e competência ao estabelecer contato direto com o MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens, viabilizando uma ponte fundamental entre a academia e os movimentos sociais. Esta articulação resultou na participação de representante do movimento no seminário de encerramento programado para 19 de agosto de 2025, enriquecendo significativamente a dimensão extensionista do projeto.

4.5 Assistente Acadêmica (AUX-A): Sophia Fonsêca Moraes

Dentro das três vertentes principais em que foi subdividido o projeto de pesquisa, a assistente acadêmica Sophia Fonsêca Moraes teve participação qualificativa e consistente, desenvolvendo suas atividades sob a orientação direta da Professora Geisa Franco (P-1). Sua inserção na vertente das diretrizes internacionais relacionadas a desastres ambientais e direitos humanos proporcionou uma formação acadêmica diferenciada e contribuições relevantes para a pesquisa.

Durante os doze meses de desenvolvimento do projeto, Sophia dedicou-se intensivamente à leitura e análise crítica de documentos internacionais, tratados, recomendações de organizações internacionais e jurisprudência de tribunais internacionais. Paralelamente, realizou análises comparativas de trabalhos produzidos por outros pesquisadores da área, contribuindo para o mapeamento do estado da arte sobre o tema.

A assistente também se envolveu na análise de materiais jornalísticos, incluindo textos e podcasts sobre os desastres de Mariana e Brumadinho, atividade que enriqueceu a compreensão sobre a repercussão social e midiática desses eventos. Esta abordagem multifacetada permitiu uma visão mais completa dos impactos dos desastres ambientais para além dos aspectos puramente jurídicos.

Sophia demonstrou dedicação exemplar ao longo de todo o período de pesquisa, cumprindo rigorosamente todas as metas estabelecidas e contribuindo de forma significativa para a qualidade dos produtos finais do projeto. Sua participação foi fundamental para o aprofundamento da análise sobre os parâmetros internacionais de proteção aos direitos humanos em contextos de desastres ambientais.



5. Projeto de extensão: seminário sobre Reparação de Danos a Vítimas de Desastres Ambientais

A Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) promoveu, em 19 de agosto de 2025, o seminário "Estudo sobre reparação de danos a vítimas de desastres ambientais", uma atividade híbrida de 8 horas que visa apresentar os resultados de importante pesquisa científica desenvolvida pela instituição.

O evento teve como objetivo central divulgar os achados da pesquisa "Critérios para a reparação de danos em litígios de massa como forma de efetivação de direitos fundamentais em comunidades afetadas por desastres ambientais", iniciada em agosto de 2024 sob a coordenação do procurador da República João Paulo Lordelo Guimarães Tavares.

A programação do seminário foi estruturada em quatro painéis temáticos que abordam desde as diretrizes internacionais para reparação de danos e prevenção de desastres ambientais até análises específicas dos casos brasileiros de Mariana e Brumadinho. O segundo painel explorou a complexa relação entre o Brasil e a atividade mineradora, enquanto o terceiro focou na participação comunitária e nos processos de reparação nos desastres mineiros de Minas Gerais. O último painel analisou os acordos coletivos firmados e a atuação do Ministério Público no período pós-desastre de Mariana, buscando extrair lições aprendidas para futuras situações similares.

O seminário foi realizado na modalidade híbrida, oferecendo 100 vagas presenciais na sede da ESMPU em Brasília e 400 vagas para participação remota via YouTube. Foram contabilizadas dezenas de participações online. O público-alvo incluiu membros e servidores do Ministério Público da União, representantes da comunidade acadêmica, membros de comunidades atingidas por barragens e organizações da sociedade civil, com prioridade para profissionais que atuam na área de tutela coletiva. Através desta iniciativa, a ESMPU pretendeu fortalecer a capacitação de profissionais que lidam com questões de desastres ambientais e contribuir para o aprimoramento das práticas de reparação de danos a comunidades vulneráveis.

6. Artigos publicados e para publicação

Em conformidade com a programação, o projeto de pesquisa resultou na elaboração de 6 (seis) artigos científicos. Todos os artigos contaram com a participação de todos os integrantes do projeto de pesquisa.

6.1 O primeiro artigo, denominado "Matrizes de danos em desastres ambientais: lições extraídas do caso Rio Doce", foi **aceito** para publicação na revista *Civil Procedure Review* (Qualis A2), conforme comprovante anexo.

6.2 O segundo artigo, denominado "Reconciling opposites: the original conflict and the troubled relationship between Brazil and mining", escrito em inglês, foi encaminhado para publicação na *Direito Econômico e Socioambiental da PUC/PR* (Qualis A1), conforme comprovante anexo. É aguardada a avaliação.



6.3 O terceiro artigo, denominado “Da Fundação Renova aos acordos coletivos multinível: a evolução jurídica na reparação de desastres ambientais entre Mariana e Brumadinho” também foi encaminhado para publicação na revista *Civil Procedure Review* (Qualis A2) e aguarda avaliação, conforme comprovante anexo.

6.4 O quarto artigo, intitulado “O preço da celeridade: a proteção dos direitos individuais homogêneos entre acordos injustos e a *via crucis* judicial” foi encaminhado para publicação na Revista de Processo (Qualis A1) e aguarda avaliação, conforme comprovante anexo.

6.5 O quinto artigo, intitulado “A compatibilidade da atuação do Estado Brasileiro com as diretrizes internacionais de prevenção aos desastres ambientais e de reparação dos direitos humanos das populações afetadas: estudo de caso dos acidentes de Mariana (2015) e de Brumadinho (2019)” foi encaminhado para publicação na Revista da ESMPU, aguardando avaliação.

6.6 Finalmente, o sexto artigo, intitulado “O buraco é mais embaixo: análise da metodologia da reparação de danos individuais no caso Braskem-Maceió” também foi encaminhado para a Revista da ESMPU e aguarda avaliação.

Anexo I – Artigos completos (acesso restrito)

Anexo II – Comprovante de submissão e/ou publicação e artigos completos (acesso restrito)

Anexo III – Comprovantes da classificação Qualis (acesso restrito)